

Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século

Ricardo Carneiro

Marcos Francisco da Silva*

1 Apresentação da obra

A obra de Ricardo Carneiro faz uma detalhada análise da economia brasileira nos últimos 25 anos do século passado. Para interpretar esse período histórico, ele a divide em três partes que, embora estejam em seqüência cronológicas, sua divisão se dá por características de desempenho bastante diferentes da economia brasileira: os últimos cinco anos dos anos de 1970, a década de 1980 e a década de 1990.

Como primeira parte de sua análise e abrangendo os dois capítulos iniciais o autor estuda a segunda metade da década de 1970, quando por reflexos da crise dos acordos de Breton Woods e da primeira crise do petróleo, o governo brasileiro lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) como uma reação à crise que se prenunciava. Sendo este plano o último suspiro do desenvolvimentismo nacional, pois a produção destinada à exportação pressupunha o crescimento com endividamento externo.

A segunda parte refletida por Carneiro, trata dos anos de 1980, a chamada década perdida, como reflexo da crise econômica mundial, ocorre uma repentina elevação da taxa de juros fazendo com que houvesse nos países periféricos, como o Brasil, a crise da dívida externa, que representou uma sangria econômica sem precedentes das divisas nacionais para que se pagassem somente os juros da dívida externa. No que se refere à economia interna causou estagnação econômica e hiperinflação.

A terceira e última parte, abrangendo do sétimo ao décimo capítulo, o autor estuda os anos de 1990 que mantêm algumas características do período anterior como: baixa dinâmica industrial nacional e pagamento da dívida externa, porém com novos condicionantes como planos recessivos de ordem neoliberal (Collor e Real), que frearam a inflação via paridade artificial do câmbio, liberalização da economia e elevação da taxa de juros, tornando a Bovespa um paraíso dos especuladores e a economia brasileira um porto seguro para os capitais especulativos de curto prazo.

* Aluno do programa de Mestrado em Educação e Cultura da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Ainda referente ao período da década de 1990 tem-se uma redefinição mais clara do papel do estado que se desenhava desde os anos de 1980, mas atinge seu ápice na década seguinte, e que se caracteriza por seu afastamento da economia, abrindo espaço para a terceirização, privatização, parcerias, ou seja, para a ação do capital privado e do mercado, limitando as ações do estado como regulador da economia.

Questionamentos que derivam desta primeira apresentação e que tangenciam toda a obra de Carneiro são os seguintes: Qual o motivo de características tão díspares da economia em momentos históricos tão próximos? Como se esgotou tão rapidamente, um dinamismo econômico que foi dos anos de 1930 até o início dos anos de 1980? O crescimento da economia brasileira entre as décadas de trinta e de oitenta do século vinte foi de 6% ao ano, índice que poucos países alcançaram, e a partir do início dos anos oitenta a queda foi tão brusca que o Brasil perdeu posições em termos de desenvolvimento industrial em relação a outros países, como se explica tal performance da economia nacional?

2 Caracterizando a obra

A obra analisa a relação entre a economia internacional e a doméstica, entre o externo e o interno, ou seja, a ligação do que acontece na economia mundial e as respostas nacionais que estimulam ou freiam a atividade econômica dentro do Brasil, independência e autonomia se combinam e se revezam ao longo do trabalho.

Dinâmica tecnológica, acesso às tecnologias dominantes, disponibilidade econômica, comportamento das instituições financeiras internacionais são exemplos de como se portam os elementos externos e como estes interferem na economia brasileira e, internamente, o papel do estado, na sua relação com o capital privado nacional, combinação de setores produtivos, padrão de crescimento e financiamento que são algumas das ações de âmbito nacional, em resposta às rearticulações da economia mundial.

Partindo sua reflexão da segunda metade da década de 1970, quando se aplicou o II PND, o autor entende que este foi o último esforço de modernização da economia nacional com caráter desenvolvimentista e foi feito como resposta à primeira grande crise da economia capitalista Pós-Segunda Guerra Mundial. A incapacidade de financiamento dos objetivos propostos no plano levou à busca de capitais de longo prazo e, conseqüentemente, a um endividamento externo que explodiu com a segunda crise do petróleo e do choque dos juros.

O desnível cambial até que levou a uma sobrevivência da política de substituição de importações em setores muito pequenos de consumo da economia nacional, que não era viável economicamente para o capital externo. Nos setores dominantes de nossa economia, o que se produziu com o II PND foi empurrado para fora, via exportação, com estímulos fiscais e cambiais, visando gerar divisas para pagar a dívida externa controlada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta instituição continua em cena após as crises de Breton Woods, só que com funções redefinidas, pois em uma economia globalizante passa a fazer o papel de evitar o colapso do sistema bancário internacional, porém fazendo com que os países periféricos continuem pagando suas dívidas sem se tornarem insolventes economicamente¹.

Com a emissão de títulos da dívida pública com taxas de juros elevadas, conduziu-se a economia nacional à hiperinflação que, por sua vez, aumentava a dívida externa, aumentando mais ainda o valor dos títulos públicos, com mais juros e mais aumento da dívida externa e assim levou-se a economia a um ciclo vicioso de endividamento e crise, em outras palavras, as empresas repassavam os dólares de suas exportações para o governo, comprando títulos da dívida pública que o governo emitia. No entanto, para continuar estimulando esta operação, o governo tinha que desvalorizar cada vez mais a moeda e ofertar com juros mais elevados estes títulos, aumentando este círculo vicioso. Isto levou ao desaparecimento da moeda local como reserva de valor, permanecendo somente o dólar, ou seja, o controle da economia brasileira estava nas mãos de grandes grupos nacionais enriquecidos e do capital financeiro internacional pilotado pelo FMI.

A lógica dos planos neoliberais aplicados a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 teve, como o mais acabado destes e com ampla sustentação política, “o plano real” que estancou este círculo vicioso, pois com uma extrema política recessiva fez com que as importações aumentassem e com ela o discurso do liberalismo econômico travestido de neoliberalismo. A receita, agora, era acabar com os subsídios e fomentos à agricultura e às indústrias nacionais, privatizar a seguridade social, desregular a força de trabalho, privatizar estatais e equiparar o câmbio artificialmente.

Para sustentar as mudanças na economia, muitas críticas foram desferidas ao modelo de substituição de importações, como: este modelo tinha levado as empresas a uma tendência a autarquia, ineficiência estatal, falta de competitividade, entre outras. É verdade que este modelo trouxe problemas já detectados por analistas desde a década de 1970, como: a falta de poupança interna para custear os financiamentos de longo prazo, baixa competitividade da indústria nacional em termos tecnológicos e de produtividade da mão de obra, atraso tecnológico em pesquisa e

¹ O superávit primário de 2003 foi de 4,32% o que equivale a mais de 6 bilhões de Reais, um corte tremendo nos gastos públicos que o governo Lula pretende manter em 2004, porém, apesar disso, a dívida externa

desenvolvimento, leque de exportações que se pautavam na desvalorização cambial. Porém, as críticas desferidas por defensores da teoria neoliberal são feitas com maior carga ideológica do que fundamentação técnica.

O plano real que em pouco tempo tornou-se a nova menina dos olhos do novo bloco hegemônico neoliberal conquistou sua estabilidade, principalmente, na securitização das estatais brasileiras², sendo que, do ponto de vista técnico, os seus elaboradores apontam quatro pilares básicos:

- a) Preços estabilizados onde se consegue calcular em longo prazo incentivando o planejamento e o aumento dos investimentos privados;
- b) a paridade do câmbio com o dólar, deveria levar ao aumento da produtividade da indústria nacional tornando-as efetivamente mais competitiva, pois estimularia a entrada do capital estrangeiro;
- c) as privatizações e a entrada do capital estrangeiro removeriam pontos de estrangulamento da economia nacional que impediam o desenvolvimento econômico, pois melhorariam a eficiência de oferta, barateando custos nas indústrias de base e, conseqüentemente, reduzindo custos nas indústrias de ponta nacionais com melhora da infra-estrutura;
- d) o câmbio artificial com sua liberalização controlada, ou seja, uma previsibilidade de sua evolução atrairia a “poupança externa” que, por sua vez,, estimularia o desenvolvimento da economia nacional.

Na verdade, estes quatro remédios desandaram dentro da sua própria fórmula, pois os perigosos venenos para o capital produtivo nacional, que são juros altos e valorização artificial do câmbio conduziram o cenário para outra situação não tão florida que foi:

- a) Inibição das exportações;
- b) geração de índices insustentáveis de desemprego;
- c) encolhimento das cadeias produtivas devido a importações predatórias;
- d) elevação da participação do capital estrangeiro no capital doméstico;
- e) desequilíbrio da economia com o aumento da dívida externa e interna;

cresceu 27% em 2003.

² Um exemplo que ilustra bem esta situação de que as garantias iniciais dos planos neoliberais eram as estatais, é a situação da Argentina, enquanto tinham estatais a serem privatizadas bem abaixo do seu valor de mercado e com moedas podres, como no Brasil, não houve crise alguma, bem ao contrário, o Plano Cavallo era tido como o grande exemplo de sucesso entre os planos neoliberais. Um outro exemplo é a atual situação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) ele até pode não ser privatizado, desde que o governo apresente no altar de oferendas uma outra estatal a ser privatizada para sanar a sede de lucro do dragão neoliberal.

- f) jogada negativa no desenvolvimento da economia nacional³;
- g) a economia nacional passou a ser controlada pelo capital especulativo internacional ficando extremamente sensível aos sabores dos especuladores, uma simples declaração política ou vésperas de eleições são situações para estes capitais sentindo-se desprotegidos se evadirem jogando crise nas economias dos países periféricos, pois aumenta o risco país, dispara o câmbio e a crise se aprofunda;
- h) impedimento do crescimento econômico e da capacidade de gerar empregos.

Não poderiam ser diferentes os problemas acima mencionados por Carneiro, pois em uma economia aberta a relação taxa de juros e câmbio são complexas, ainda mais se a economia nacional tem um passivo externo elevado e dificuldades em aumentar as transações correntes por incapacidade de gerar um saldo significativo em sua balança de comércio, o que leva os investidores a uma dúvida entre manter seus recursos em moedas locais ou em divisas estrangeiras. Como existe uma hierarquia de moedas em termos de estabilidade cuja hegemonia é disputada imperialisticamente⁴, os capitais passam a se manter no Brasil, em dólar, mas em uma situação de plena instabilidade, pois a qualquer sinal que leve este capital a perceber que vai perder rentabilidade, ele foge, provocando a imediata desvalorização da moeda deste país, situação que obriga a intervenção do Banco Central (BC) no câmbio, segurando as cotações.

A situação acima descrita gera um novo círculo vicioso que é o fato do BC intervir na economia e secar as reservas cambiais, desacreditando mais ainda a moeda local, sobrando como alternativa à intervenção, aumentar a taxa de juros oficiais do país, o que agrada o FMI, mas desagrade o capital produtivo nacional⁵ além de tornar o governo refém do seu remédio amargo, pois a queda de tais taxas acarreta alívio no crédito e uma conseqüente pressão de preços, impulsionando o componente de demanda da inflação e aumentando também a parte da dívida interna em dólar.

3 Análise crítica da obra

³ Nos dois últimos anos do governo FHC e início do governo Lula, a mídia tem alardeado um crescimento recorde da agricultura, porém, isso se deve ao fato de no início do segundo mandato de FHC em 1998 já se apresentavam às conseqüências negativas do plano de liberalização econômica e este por sua vez passou a adotar políticas especiais de fomento a agricultura com linhas de crédito subsidiadas, prazos longos, financiamento antecipado de safras etc...

⁴ A recente Guerra do Iraque foi um grande exemplo desta situação, além de questões geopolíticas e de controle dos poços de petróleo do Iraque havia, também, com bastante força, a disputa de hegemonia do padrão dólar contra o padrão euro dentro da OPEP.

A obra de Ricardo Carneiro “**Desenvolvimento em Crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX” é, com certeza, uma leitura obrigatória para se compreender a história recente brasileira e mundial do ponto de vista das relações econômicas, no entanto, apesar de sua grande envergadura teórica, não passa incólume às opiniões divergentes acerca deste assunto tão polêmico que é a economia.

No título da obra, “Desenvolvimento em crise”, o conceito de desenvolvimento econômico deve ser usado quando, paralelo ao crescimento econômico ocorre uma distribuição mais equitativa de renda, quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais se encontra a serviço da população e não de uma elite dominante e, desde que o capitalismo entrou em sua fase imperialista pode-se perceber um nítido descolamento entre desenvolvimento e crescimento da economia⁶, pois os exemplos de barbárie têm se espalhado pelo mundo com as mais diversas faces: guerras, fome, xenofobia, por mais avanço tecnológico que o século XX tenha alcançado.

A nova face que o capitalismo apresenta, atualmente, à sociedade chama-se neoliberalismo e por mais que seus defensores tentem, não conseguem esconder a profunda exclusão social que tem representado para a população mundial, sendo que, a aplicação do receituário neoliberal já se dá desde a década de 1970, período em que o autor inicia seu trabalho, portanto, parece mais adequado o termo “**Crescimento em Crise**” por ser mais apropriado para definir o momento histórico de sua análise.

Um segundo ponto de crítica à obra de Carneiro, passa por seu eixo de análise teórica, muito embora por diversas vezes tangenciando uma certa filiação teórica à escola Cepalina, por sua constante relação entre a economia nacional e internacional. Lembra, muitas vezes, a discussão desta escola sobre a relação centro-periferia, porém a grande matriz teórica deste autor é o “Desenvolvimentismo”, ou seja, a defesa da economia nacional, da nossa indústria e da nossa agricultura frente ao capital externo.

Nossa grande divergência com os desenvolvimentistas é que hoje, para a defesa da economia doméstica dos países de economia periférica do capitalismo, não basta somente fazer uso de políticas ortodoxas e heterodoxas ou o retorno de qualquer tipo de protecionismo do mercado nacional, é necessária, também, uma política clara de oposição ao conjunto das imposições neoliberais.

⁵ Isso explica atual choradeira do vice-presidente José de Alencar, empresário do ramo têxtil, um setor muito competitivo e dinâmico que lhes obriga a estar sempre com empréstimos junto aos órgãos de fomento do governo assim juros altos, não são boas notícias para este setor.

Na mesma linha do pensamento de Ricardo Carneiro temos uma boa parte do governo Lula e aí se inclui também “Os Radicais”, mas o principal representante do desenvolvimentismo no atual governo é o ministro Guido Mantega, embora tenham vindo de escolas diferentes, já que Ricardo Carneiro é da UNICAMP e Mantega da USP, ambos se alinham com o desenvolvimentismo⁷.

Ricardo Carneiro na terceira parte de seu livro chega a defender, norteado por sua concepção teórica desenvolvimentista, que o neoliberalismo aplicado no Brasil perdeu a oportunidade de criar grandes grupos econômicos públicos e privados e com isso fortalecer a moeda nacional. Ora, o neoliberalismo surgiu como necessidade de aumentar e concentrar os lucros, não da periferia, mas do centro do capitalismo, pois se fosse ao contrário nunca teria existido, e para que isso aconteça, a exploração tem que ser cada vez maior, logo, nos marcos do neoliberalismo não se desenvolverá economia nacional nenhuma a não ser que se enfrente diretamente os ditames do capitalismo imperialista.

Carneiro lembra que, pelo tamanho do Brasil e do potencial do seu mercado consumidor e por ocupar uma posição de destaque na economia da América Latina, o Brasil sempre foi visto com bons olhos pelo capital estrangeiro, de uma maneira tal que o período desenvolvimentista, analisa ele romanticamente, fez do Brasil um país de destaque economicamente, então nas últimas décadas no contexto de aplicação das políticas neoliberais os condutores de tais políticas “perderam o bonde”, pois não aproveitaram a chance de desenvolver economicamente o país, então, questionamos como isso aconteceu também com o México, a Argentina, o Peru, os Tigres Asiáticos e todos os países que aplicaram a receita neoliberal, será que todos “perderam o bonde” da história, é lógico que não, pois pensar o desenvolvimento nacional hoje é se enfrentar diretamente com os paradigmas determinados pelo FMI que passam por:

- a) Dizer não definitivamente a ALCA;
- b) suspender o pagamento da dívida externa;
- c) estatizar o sistema financeiro;
- d) reforma Agrária com consultoria do MST;
- e) revogação das privatizações;
- f) revisão com controle social do financiamento da educação e das diretrizes pedagógicas;
- g) rearticulação dos países periféricos para que tais políticas sejam seguidas por outros, aumentando o poder de pressão.

⁶ A atual fase da economia brasileira é exemplificadora dessa situação todos os indicadores econômicos estão melhorando: risco Brasil caindo, cotação do dólar caindo, aumento de reservas, queda dos índices da inflação, porém surge a indagação: até que ponto o conjunto da sociedade está se beneficiando com esta situação?

⁷ Guido Mantega tem aparecido, muitas vezes, na TV defendendo a baixa de juros e citando Keynes e a sua política anticíclica.

Referência:

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

Endereço:

R. Abelardo Manoel Peixe, 35 apto 301 Barreiros
CEP 88110-030 São José/SC
E-mail: isabelmarb@ig.com.br

Recebido em: 02/2004
Aprovado em: 03/2004